



AOS TRABALHADORES DOS MUSEUS, PALÁCIOS, MONUMENTOS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MINISTÉRIO DA CULTURA

A FEDERAÇÃO REUNIU COM A NOVA MINISTRA DA CULTURA

VELHAS RESPOSTAS PARA AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

A Federação reuniu com a nova Ministra da Cultura. Concluímos que, como aconteceu com os seus antecessores, vamos ter a continuidade das políticas, impostas pelo atual Governo do PS, de desinvestimento que levaram o sector da cultura a uma situação de rutura de muitos serviços deste Ministério, como acontece nos Museus, Monumentos, Palácios e Sítios Arqueológicos (MMPSA), devido à falta crónica de trabalhadores que garantam a qualidade dos serviços e o respeito pelos seus direitos.

Nesta reunião, para além da discussão da agenda apresentada pela Federação, relativa às reivindicações dos trabalhadores, desenvolveu-se “o processo negocial” do “novo Regime Jurídico de Autonomia dos Museus, Monumentos e Palácios (RJAMMP)”.

No seu discurso, a Ministra repôs os argumentos dos seus antecessores, como a falta de orçamento e a dependência solidária para com o Ministro das Finanças, facto que obriga a que o mesmo as medidas mais tímidas para minimizar os problemas existentes nos serviços.

MODELO DE AUTONOMIA DOS MUSEUS, MONUMENTOS E PALÁCIOS

Relativamente ao novo (RJAGMMP), a Federação mostrou discordância considerando que este regime, sem uma alteração profunda da orgânica do Ministério, um financiamento realista da Cultura e a dotação adequada dos mapas de pessoal às necessidades permanentes dos serviços, não passará de um paliativo e os problemas irão manter-se.

FINANCIAMENTO

A Federação salientou que este Governo do PS optou por perder a oportunidade política existente para investir na cultura, dotando o MC de um orçamento equivalente a 1% do **Orçamento do Estado (OE)**, optando antes por seguir os ditames da União Europeia que visam o desinvestimento no sector público.

A Federação voltou a reafirmar a esta Ministra que tem que se pôr fim ao uso das receitas geradas nas lojas e bilheteiras dos MMPSA, para pagar a parte dos salários dos trabalhadores destes serviços, que deviam ser usadas para melhorar a qualidade do serviço público e as condições de trabalho, obrigação que deve ser garantida, na sua totalidade, pelo OE.

A Ministra foi obrigada a concordar com a Federação, confirmando, o facto inegável, de que parte substancial dos salários dos trabalhadores da DGPC é pago pelas receitas obtidas nas lojas e bilheteiras e outros serviços prestados pelos MMPSA, considerando que esta situação tem que ser alterada através do aumento das receitas provenientes do OE.

OS TRABALHADORES EXIGEM MEDIDAS CONCRETAS PARA A RESOLUÇÃO DAS SUAS REIVINDICAÇÕES

A Federação reafirmou à Ministra que a qualidade do serviço público prestado pelos museus, monumentos, palácios, sítios arqueológicos e de outros serviços, depende da satisfação de três reivindicações fundamentais:

- **O fim da falta crónica de pessoal e do recurso a precários para satisfazer necessidades permanentes;**
- **A abertura de concursos para contratos de trabalho em funções públicas por termo indeterminado;**
- **A recuperação das carreiras especiais roubadas aos trabalhadores.**

E reafirmou que não é com o recurso à subcontratação (através de empresas de trabalho temporário) ou à substituição ilegal de trabalhadores por voluntários ou com a possibilidade, ainda em estudo, de colocação de polícias em fim de carreira a trabalhar nos MMPSA, sem quaisquer aptidões para as funções, e com salários muito mais elevados que os dos trabalhadores do MC - solução que rejeitamos de imediato -, que se resolvem os problemas estruturais existentes neste serviços.

É fundamental a valorização das funções e dos salários, nomeadamente, nas áreas específicas da vigilância e receção, da arqueologia e da conservação e restauro, entre outras, para garantir a permanência de recursos humanos no sector que só é possível com a recuperação das

carreiras especiais que tem vindo a ser negada pelo MC e o Governo.

A Ministra não discordou desta posição e admitiu mesmo que as “soluções que estão a ser encontradas”, mesmo feridas de ilegalidade(!), são a resposta possível e imediata à dificuldade de fixar trabalhadores por o salário oferecido ser baixo para as exigências funcionais.

Por outro lado, a Ministra demonstrou concordar com a necessidade de valorização das carreiras especiais, um avanço relativamente aos anteriores, afirmando que está trabalhar no sentido de alterar a situação e que, quando tiver uma proposta para resolver o problema dos recursos humanos, convocará a Federação para a apresentar.

A Federação realçou que estas mesmas intenções já haviam sido anunciadas pelos seus antecessores, mas sem quaisquer resultados. Consideramos, no entanto, que ainda há tempo e condições políticas para dar resposta às reivindicações apresentadas até ao fim da Legislatura, - assim haja vontade política de o fazer -, aguardamos as propostas referidas e a convocação de uma reunião para sua negociação.

O REGULAMENTO DE FARDAMENTO

Reafirmámos a exigência de criação de uma Portaria para regular o fardamento no sector que considere as condições específicas de cada equipamento, designadamente, quanto à temperatura ambiente que as exposições exigem e garantir que os trabalhadores estão devidamente agasalhados em todas as situações e que deixe de ser à sua custa como acontece em muitos serviços.

A Ministra considerou que é um tema cuja resolução pode passar por cada serviço, no âmbito das competências que vão receber pelo novo modelo de gestão, o *RJAMMP*, passando estes a definir o fardamento que deve ser utilizado de acordo com as suas características, abandonando a ideia de um fardamento único.

A Federação lembrou que este assunto aguarda solução há décadas e que tem mesmo que ser resolvido.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Federação exigiu, mais uma vez, que sejam tomadas medidas urgentes em todos os serviços, que são muitos, em que não estão estabelecidas as condições que assegurem a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos visitantes.

Demos como exemplo a grave situação que se passa há anos na Torre de Belém, com várias promessas de solução, a que se acrescenta o número excessivo de visitantes diários, considerando as especificidades do monumento, os trabalhadores convivem com a presença constante de ratos e o espaço onde guardam os seus pertences e tomam as suas refeições não garantem a mínima segurança.

Propusemos ainda, que fossem criadas condições em todos os serviços para permitir que os trabalhadores tomem as suas refeições em espaços apropriados para o efeito, considerando que o custo das mesmas nas zonas turísticas são demasiado caras para os seus salários.

A Ministra, mais uma vez, concordou com a Federação, mas voltou a referir o novo modelo de gestão, o *RJAMMP*, para que estas questões venham a ser resolvidas.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PRECÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PREVPAP)

Afirmámos a posição da Federação sobre o PREVPAP que o desenrolar deste processo no MC vem confirmar:

- Pela morosidade na homologação e na abertura dos concursos;
- Pela intenção inaceitável - travada por ação de Sindicatos da Federação - de obrigar alguns trabalhadores, que exercem funções de assistentes técnicos, a concorrerem a assistentes operacionais, por não terem as habilitações literárias exigidas (as mesmas que também não possuíam há mais de 10 anos) e que, no entanto, não foi impeditivo para o ex. IMC, actualmente DGPC e DRC, de os contratar a termo incerto para exercem funções de Vigilantes Rececionistas.

Consideramos ainda que estas incongruências e morosidades levaram muitos trabalhadores a procurar outros trabalhos menos penosos, facto que agravou a falta de pessoal, com custos na qualidade dos serviços prestados, para os MMPSA, pelo que exigimos maior celeridade na abertura dos concursos de regularização dos vínculos.

A Ministra concordou que se cometeu um erro e que o mesmo já foi emendado, por força da norma publicada no Orçamento de Estado 2019, e que o abandono de trabalhadores foi negativo para os serviços mas, ainda assim, considerou que o PREVPAP tem uma dinâmica própria e que os concursos vão sendo abertos garantindo que

nenhum trabalhador abrangido ficará por integrar.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

Reafirmámos a nossa posição relativamente ao processo de Transferência de Competências para os Municípios (descentralização) que tem por fim a desresponsabilização do Ministério da Cultura das suas responsabilidades e promove a transferência forçada dos trabalhadores para as autarquias locais, sem garantia de se manterem colocados nos equipamentos transferidos. **Defendemos o fim do processo de municipalização que está em curso e que vai abrir caminho para a privatização da Cultura.**

A Ministra defendeu o processo mas, relativamente à possibilidade, dos trabalhadores poderem não ficar colocados nos equipamentos transferidos e de poderem vir a ser colocados noutros serviços municipais, comprometeu-se a encontrar uma solução com o ministro que tutela este processo, para que tal não aconteça.

A Federação, sem capitular da sua posição sobre este processo, considerou que não são só os trabalhadores que transitam que têm que se manter nos equipamentos transferidos, mas também é preciso garantir que os trabalhadores que vierem a ser contratados pelos municípios irão trabalhar em exclusividade para o sector, como forma de proteção dos seus direitos e do serviço público.

Apesar de termos uma nova Ministra da Cultura percebemos que a resposta à resolução dos problemas concretos que afetam os trabalhadores e os serviços, continua no registo dos estudos e da apresentação de propostas de solução que nunca aparecem.

Este facto comprova que a resolução dos problemas não passa pela mudança de ministros, mas sim pela mudança imediata de políticas, assim tenham vontade o Governo e o MC, para por cobro às que foram iniciadas pelos anteriores executivos do PS e do PSD com ou sem o CDS no sector.

Os trabalhadores e a Federação irão estar atentos, considerando os compromissos assumidos pela atual ministra, e irão saber dar a resposta ajustada se tudo se mantiver na mesma.

**VAMOS CONTINUAR
A LUTA PELAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES!
POR UM SERVIÇO PÚBLICO
DE CULTURA DE QUALIDADE!**

**SINDICALIZA-Te** no STFPSCentro
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Março de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
